

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias TEBE S.A.
Bebedouro - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias TEBE S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Concessionária de Rodovias TEBE S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes descritos na Nota Explicativa nº 26, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificação, datados de 21 de fevereiro de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 26 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2015.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|--|------|----------------|-------------------------------|--|------|----------------|-------------------------------|
| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reapresentado) | | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reapresentado) |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 20.721 | 10.707 | Empréstimos e financiamentos | 11 | 8.210 | 7.407 |
| Contas a receber | 6 | 3.306 | 2.985 | Arrendamento mercantil | 12 | 140 | 462 |
| Impostos a recuperar | | 224 | 44 | Fornecedores | 13 | 1.339 | 1.310 |
| Adiantamentos a fornecedores e outros | | 108 | 62 | Fornecedores - partes relacionadas | 7 | 5.496 | 2.471 |
| Despesas antecipadas | | 190 | 184 | Credores pela concessão | 17 | 1.961 | 1.845 |
| Outras contas a receber | | 87 | 17 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 2.151 | 1.815 |
| | | 24.636 | 13.999 | Obrigações tributárias | 14 | 656 | 551 |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social a pagar | 14 | 1.880 | 1.387 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8 | 8.684 | 10.033 | Provisão para construção | 16 | 3.273 | - |
| Depósitos judiciais | | 217 | 73 | Provisão para manutenção | 15 | 5.927 | - |
| Reembolso de seguros | 18 | 3.083 | 2.536 | Adiantamento de clientes | | 229 | 212 |
| Imobilizado | 9 | 168 | 189 | Outras contas a pagar | 13 | 144 | 10 |
| Intangível | 10 | 108.249 | 92.266 | | | 31.406 | 17.470 |
| | | 120.401 | 105.097 | | | | |
| | | | | Não circulante | | | |
| | | | | Empréstimos e financiamentos | 11 | 20.485 | 13.607 |
| | | | | Arrendamento mercantil | 12 | 121 | 403 |
| | | | | Provisão para contingências | 18 | 4.243 | 3.600 |
| | | | | Credores pela concessão | 17 | 3.768 | 5.148 |
| | | | | Provisão para manutenção | 15 | 4.863 | 7.731 |
| | | | | Provisão para construções | 16 | 986 | 3.795 |
| | | | | Dividendos a pagar | 19 | 26.884 | 2.250 |
| | | | | | | 61.350 | 36.534 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 19 | 25.002 | 24.002 |
| | | | | Reserva estatutária | | 1.672 | 1.472 |
| | | | | Reserva legal | | 4.087 | 3.199 |
| | | | | Ágio na incorporação | | 6.721 | 6.721 |
| | | | | Reserva de lucros | | 14.799 | 29.698 |
| | | | | | | 52.281 | 65.092 |
| Total do ativo | | 145.037 | 119.096 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 145.037 | 119.096 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reapresentado) |
|---|------|----------------|-------------------------------|
| Receita operacional líquida | 20 | 91.372 | 72.564 |
| Custo dos serviços prestados | 21 | (53.265) | (36.671) |
| Lucro bruto | | 38.107 | 35.893 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Depreciações e amortizações | 21 | (351) | (380) |
| Administrativas e gerais | 21 | (6.382) | (6.799) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (1.160) | (1.106) |
| | | (7.893) | (8.285) |
| Resultado operacional antes dos efeitos financeiros | | 30.214 | 27.608 |
| Receitas financeiras | | 2.904 | 1.691 |
| Despesas financeiras | | (7.513) | (6.849) |
| Resultado financeiro líquido | 22 | (4.609) | (5.158) |
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | 25.605 | 22.450 |
| Imposto de Renda corrente | 8 | (5.716) | (4.580) |
| Contribuição Social corrente | 8 | (2.117) | (1.698) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | 8 | (4) | (494) |
| | | (7.837) | (6.772) |
| Lucro líquido do exercício | | 17.768 | 15.678 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | | (Reapresentado) |
| Lucro líquido do exercício | 17.768 | 15.678 |
| Resultados abrangentes | <u>17.768</u> | <u>15.678</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Capital social | Ágio na incorporação | Reserva legal | Reserva estatutária | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|--|----------------|-------------------------|------------------|------------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 (anteriormente apresentados) | 20.002 | 6.721 | 2.415 | 1.104 | 18.583 | - | 48.825 |
| Correção do AVP sobre provisão para construções | - | - | - | - | 995 | - | 995 |
| IR e CS diferido sobre o AVP da provisão para construções | - | - | - | - | (338) | - | (338) |
| IR e CS diferido sobre o contingências | - | - | - | - | 87 | - | 87 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 (reapresentado) | 20.002 | 6.721 | 2.415 | 1.104 | 19.327 | - | 49.569 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 15.678 | 15.678 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | - | 15.678 | (15.678) | - |
| Aumento de capital social conforme AGE | 4.000 | - | - | - | (4.000) | - | - |
| Dividendos propostos conforme estatuto | - | - | - | - | (155) | - | (155) |
| Constituição de reserva legal / estatutária | - | - | 784 | 368 | (1.152) | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado) | 24.002 | 6.721 | 3.199 | 1.472 | 29.698 | - | 65.092 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 17.768 | 17.768 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Dividendos propostos conforme estatuto | - | - | - | - | (8.884) | - | (8.884) |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | - | 17.768 | (17.768) | - |
| Constituição de reserva legal / estatutária | - | - | 888 | 200 | (1.088) | - | - |
| Aumento de capital social conforme AGE | 1.000 | - | - | - | (1.000) | - | - |
| Dividendos propostos conforme AGE's | - | - | - | - | (21.695) | - | (21.695) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 25.002 | 6.721 | 4.087 | 1.672 | 14.799 | - | 52.281 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reapresentado) |
|--|-----------------|-------------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do semestre | 17.768 | 15.678 |
| Ajustado por: | | |
| Depreciação e amortização | 10.469 | 9.055 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 4 | 494 |
| Valor residual do ativo imobilizado baixado | 1.082 | 1.542 |
| Varição monetária com os credores da concessão | 37 | 167 |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 293 | 377 |
| Constituição, juros e (reversão) da provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 2.270 | 2.355 |
| Constituição e (reversão) da provisão para manutenção | 612 | 3.364 |
| Atualização da provisão para manutenção e construções | 817 | (199) |
| AVP da provisão para manutenção, construções e dos credores pela concessão | 2.930 | 2.882 |
| | 1.088 | 571 |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 37.370 | 36.286 |
| Variações nos ativos e passivos operacionais | | |
| Contas a receber | | |
| Impostos a recuperar | (321) | (251) |
| Despesas antecipadas | 1.169 | 1.383 |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | (6) | 6 |
| Provisão para construção | (690) | (2.612) |
| Provisão para manutenção | - | (205) |
| Fornecedores | (1.026) | (1.087) |
| Partes relacionadas | 29 | 385 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 3.025 | 28 |
| Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS | 336 | (62) |
| Outras contas a pagar - circulante e não circulante | 598 | 1.055 |
| Apropriação da outorga variável | 151 | 10 |
| Provisão para contingências | (85) | (22) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 40.550 | 34.914 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adições do imobilizado | (26.472) | (15.407) |
| Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos | (26.472) | (15.407) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Liberação Financiamentos | 15.000 | 636 |
| Dividendos | (5.945) | (6.000) |
| Liquidação da outorga fixa e variável | (2.924) | (3.344) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (10.195) | (10.538) |
| Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos | (4.064) | (19.246) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 10.014 | 261 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 10.707 | 10.446 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 20.721 | 10.707 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 10.014 | 261 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997.

A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.

Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997.

O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem - D.E.R., a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas.

Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2011 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2013.

Em 26 de novembro de 2013, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 020/13 ao Contrato de Concessão, alterando os prazos dos investimentos a serem realizados. Tal alteração resultou em desequilíbrio em favor do Poder Concedente em R\$ 4 mil na base jul/1997. Assim, em 31 de dezembro de 2014, os investimentos previstos visando atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$ 66.673, e deverão ser realizados nos próximos três anos.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

Outras informações relevantes

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, por meio do índice do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2011 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o índice de reajuste das tarifas de pedágio pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) a partir de 01 de julho de 2013.

Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 28 de junho de 2014, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2014, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2014, com índice de 4,89%, ou seja, inferior ao previsto no contrato de concessão (6,37%-IPCA).

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2015.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos Contratos de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações contábeis sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão descritos a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 R1, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura;

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá pelo prazo da concessão de forma linear.

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 6 e 11.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos por gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições de operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidas no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios a ele e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixo. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

| Descrição | Taxas Anuais de Depreciação (%) |
|-------------------------|---------------------------------|
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Veículos | 20% |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

| <u>Descrição</u> | <u>Taxa anual média ponderada (%)</u> |
|-----------------------|---------------------------------------|
| Intangível em rodovia | 9,03 a.a. |

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor a ser pago a título de participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

g. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Companhia, na figura de arrendatária, são classificados como arrendamentos financeiros, pois o arrendador transferiu substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens e estes bens são classificados como ativo pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previsto em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

i. Receitas

Contratos de Concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 R1, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos aos ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para construção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 8,24% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013; a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios estão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 8,24% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa média do endividamento da empresa, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

- **Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.
A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

I. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela de equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na Rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

m. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

n. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

- IFRS 11 - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 38 - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 15 - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reclassificado) |
|---|---------------|--------------------------------|
| Caixa e saldos bancários | 68 | 520 |
| Numerários em trânsito (a) | 171 | 116 |
| Outros numerários - Fundos (b) | 368 | 250 |
| Total das disponibilidades | 607 | 886 |
| | | |
| Apliação de liquidez imediata - CDB's (c) | 20.114 | 9.821 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 20.721 | 10.707 |

- (a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de dezembro de 2014 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;
- (b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
- (c) Aplicações financeiras junto às instituições financeiras com taxa média de 101% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

6. Contas a receber

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reclassificado) |
|-----------------------------------|--------------|--------------------------------|
| Pedágio eletrônico a receber | 3.159 | 2.838 |
| Cupons a receber | 52 | 75 |
| Receita acessória a receber | 95 | 72 |
| Total das contas a receber | 3.306 | 2.985 |

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de arrecadação eletrônica, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

7. Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Honorários, encargos e gratificação | 1.685 | 1.504 |
| Vale-refeição, convênio médico e seguro de vida | 13 | 12 |
| | <u>1.698</u> | <u>1.516</u> |

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição, participação nos lucros ou resultados e incentivo educacional.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Vale-refeição | 913 | 869 |
| Assistência médica | 606 | 544 |
| Seguro de vida | 19 | 28 |
| Outros | 41 | 45 |
| | <u>1.579</u> | <u>1.486</u> |

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Passivo circulante: | | |
| Fornecedores com partes relacionadas - mesmo grupo econômico: | | |
| Construtora Bebedouro Ltda. | 5.496 | 2.471 |

| | <u>Passivo</u> | | <u>Resultado</u> | |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Serviços prestados | 5.496 | 2.407 | 900 | 934 |
| Despesas financeiras | - | 64 | 230 | 157 |
| Total | <u>5.496</u> | <u>2.471</u> | <u>1.130</u> | <u>1.091</u> |

8. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado do exercício antes dos impostos | 25.605 | 22.450 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal | <u>8.706</u> | <u>7.633</u> |
| Ajustes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | |
| Permanentes: | | |
| - Donativos e Brindes | 21 | 17 |
| - Gratificação Diretoria | 138 | 106 |
| - Amortização ágio incorporação | (887) | (887) |
| - Provisões para Contingência | (102) | (27) |
| - Incentivos fiscais | (141) | (113) |
| - Outros ajustes tributários | (3) | 9 |
| Temporários: | | |
| - Provisão sobre contingências | 105 | 34 |
| | <u>7.837</u> | <u>6.772</u> |
| Imposto corrente | 7.833 | 6.278 |
| Imposto diferido | 4 | 494 |
| Alíquota efetiva de impostos | <u>31%</u> | <u>30%</u> |

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

| | <u>Ativos</u> | | <u>Resultado</u> | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Benefício fiscal do ágio incorporado (a) | 3.809 | 5.153 | - | - |
| Provisão para contingências | 394 | 362 | (33) | (274) |
| Efeitos do ICPC 01 R1 | 4.481 | 4.518 | 37 | 768 |
| | <u>8.684</u> | <u>10.033</u> | <u>4</u> | <u>494</u> |

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizadas na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. O imposto de renda e contribuição diferidos tem a seguinte origem: a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente da incorporação da Infraenge Construções Ltda, nos seguintes exercícios:

| | |
|--------|---------|
| ▪ 2015 | : 1.344 |
| ▪ 2016 | : 1.344 |
| ▪ 2017 | : 1.121 |

Os valores apresentados acima foram calculados com base nas estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes as suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013.

Embora a Lei nº 12.973/14 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração optou por não efetuar a opção pela adoção antecipada.

9. Imobilizado

| | Taxas anuais de depreciação (%) | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 |
|-----------------------------|---------------------------------|------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor contábil líquido | Valor contábil líquido |
| Veículos | 20 | 67 | (67) | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 10 | 215 | (47) | 168 | 189 |
| Total do imobilizado | | 282 | (114) | 168 | 189 |

10. Intangível

| | Taxas anuais de amortização | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 |
|--------------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | |
| Intangível de construção | 9,03% | 167.263 | (60.135) | 107.128 | 90.788 | |
| Intangível de outorga | 5,00% | 6.608 | (5.562) | 1.046 | 1.377 | |
| Software | 20,00% | 427 | (352) | 75 | 101 | |
| | | 174.298 | (66.049) | 108.249 | 92.266 | |

Movimentação do custo

| | 01/01/2013 | | 31/12/2013 | 31/12/2014 | |
|--------------------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | (Reapresentado) | Adição | | Adição | |
| Intangível de construção | 125.599 | 15.445 | 141.044 | 26.219 | 167.263 |
| Intangível de outorga | 6.608 | - | 6.608 | - | 6.608 |
| Software | 397 | 14 | 411 | 16 | 427 |
| | 132.604 | 15.459 | 148.063 | 26.235 | 174.298 |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Movimentação da amortização acumulada

| | 01/01/2013 (Reapresentado) | Adição | 31/12/2013 | Adição | 31/12/2014 |
|--------------------------|-------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Intangível de construção | 41.853 | 8.403 | 50.256 | 9.879 | 60.135 |
| Intangível de outorga | 4.901 | 330 | 5.231 | 331 | 5.562 |
| Software | 261 | 49 | 310 | 42 | 352 |
| | <u>47.015</u> | <u>8.782</u> | <u>55.797</u> | <u>10.252</u> | <u>66.049</u> |

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 R1 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância/segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível.

11. Empréstimos e financiamentos

| Descrição | Juros e atualizações | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------|--|---------------|---------------|
| Capital fixo | BNDES I, II e III - Variação monetária com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) + juros de 4,50% aa, 2,12% aa e 2,27% a.a, respectivamente. | 25.912 | 15.259 |
| | Finames BNDES - 3% a.a. a 8,82% a.a. | 277 | 745 |
| Capital de giro | Banco do Brasil - Capital de giro com base na taxa do CDI + juros de 3,21% a.a. | 2.506 | 5.010 |
| | | <u>28.695</u> | <u>21.014</u> |
| Circulante | | 8.210 | 7.407 |
| Não circulante | | 20.485 | 13.607 |

O capital de giro corresponde a operações de crédito para reforço do fluxo de caixa, cujas contratações de seus limites estão suportadas por aval dos acionistas.

O capital fixo foi parcialmente financiado pelas linhas de crédito Finame, FAT e PIS/PASEP junto ao BNDES.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

As garantias para os financiamentos supracitados são:

- **Finame** - alienação fiduciária;
- **FAT e PIS/PASEP** - penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão e aval dos acionistas;

As parcelas classificadas no passivo não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| <u>Ano</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-------------|-------------------|-------------------|
| 2015 | - | 6.398 |
| 2016 | 4.859 | 3.240 |
| 2017 | 4.856 | 2.713 |
| 2018 a 2022 | 10.770 | 1.256 |
| | <u>20.485</u> | <u>13.607</u> |

Em julho de 2013 foi obtido junto ao BNDES (linha FAT e PIS/PASEP) novo financiamento, no valor total de R\$ 36.253 pactuados contratualmente, havendo liberação parcial no valor de R\$ 15.000 em agosto de 2014, indexadas pela URTJLP. O saldo restante será liberado posteriormente.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 24 meses e a amortização será efetuada em 84 parcelas mensais, a partir de 15 de julho de 2015. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros médios de 2,27% ao ano e pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado.

Os contratos firmados com o BNDES incluem cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

12. Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículos de uso administrativo e operacional, com opção de compra mediante contratos de arrendamento mercantil junto à instituição Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados, cujos valores apresentados nas demonstrações contábeis podem ser assim demonstrados/conciliados:

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Passivo: | | |
| Circulante | 140 | 462 |
| Não circulante | 121 | 403 |
| | <u>261</u> | <u>865</u> |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Os prazos médios de contratação variam de 36 a 60 meses, com vencimentos previstos até o exercício de 2017.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores nacionais diversos | 1.339 | 1.310 |
| Seguros a pagar | 1 | 3 |
| Outros fornecedores | 143 | 7 |
| | <u>1.483</u> | <u>1.320</u> |
| | | |
| Fornecedores | 1.339 | 1.310 |
| Outras contas a pagar | 144 | 10 |

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 25.

14. Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a pagar

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| COFINS | 181 | 163 |
| PIS | 39 | 35 |
| ISS | 293 | 265 |
| INSS retido | 40 | 37 |
| ISS retido na fonte | 69 | 12 |
| IRRF | 8 | 8 |
| PIS, COFINS e CSLL retidos | 26 | 31 |
| IRPJ | 1.339 | 975 |
| CSLL | 541 | 412 |
| | <u>2.536</u> | <u>1.938</u> |
| | | |
| Obrigações tributárias | 656 | 551 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar | 1.880 | 1.387 |

15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil do pavimento.

A Concessionária realiza as provisões de manutenção com base na melhor estimativa de gastos a serem incorrido com reparos, substituições e serviços de construção e melhorias, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 10.790 e está demonstrado a seguir:

| | 01/01/2013 | Adição/ Baixa | 31/12/2013 | Adição/ Baixa | Transferência | 31/12/2014 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| Provisão para manutenção - circulante | - | - | - | (1.026) | 6.675 | 5.649 |
| AVP - provisão para manutenção - circulante | - | - | - | - | 278 | 278 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.026)</u> | <u>6.953</u> | <u>5.927</u> |
| Provisão para manutenção - não circulante | 7.639 | 1.388 | 9.027 | 3.579 | (6.675) | 5.931 |
| AVP - provisão para manutenção - não circulante | (1.280) | (16) | (1.296) | 506 | (278) | (1.068) |
| | <u>6.359</u> | <u>1.372</u> | <u>7.731</u> | <u>4.085</u> | <u>(6.953)</u> | <u>4.863</u> |
| | <u><u>6.359</u></u> | <u><u>1.372</u></u> | <u><u>7.731</u></u> | <u><u>3.059</u></u> | <u><u>-</u></u> | <u><u>10.790</u></u> |

16. Provisão para construções

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 8,24% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Esta provisão esta de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos às essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

| | Circulante | Não Circulante |
|--------------------------------|-----------------|---------------------|
| Saldo em 31/12/2013 | - | 3.795 |
| Realização da Construção | - | - |
| Atualização | 126 | 42 |
| AVP - provisão para construção | 231 | 65 |
| Transferência | 2.916 | (2.916) |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>3.273</u> | <u>986</u> |
| Saldo em 01/01/2013 | <u>204</u> | <u>4.317</u> |
| Realização da Construção | (205) | - |
| Atualização | 1 | 238 |
| AVP - provisão para construção | - | (760) |
| Saldo em 31/12/2013 | <u><u>-</u></u> | <u><u>3.795</u></u> |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

17. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em Março/1998, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 84 meses e concedeu o desconto de 50% no valor mensal do ônus fixo, no período de Março/2007 a Fevereiro/2018, com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo Modificativo (TAM) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Companhias ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos Contratos de Concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

| | Valor presente em | | Valor real em (*) | |
|-----------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Circulante | | | | |
| Direito de outorga - parcela fixa | 1.874 | 1.766 | 1.928 | 1.846 |
| Parcela variável (a) | 87 | 79 | 87 | 79 |
| Total | 1.961 | 1.845 | 2.015 | 1.925 |
| | | | | |
| Não circulante | Valor presente em | | Valor real em (*) | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Direito de outorga - parcela fixa | 3.768 | 5.148 | 4.174 | 5.812 |

- (*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional;
- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal, exceto financeiras, efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro e a partir de novembro de 2013, por prazo indeterminado, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta mensal, exceto financeiras, como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicações no D.O.E. de 27 de julho de 2013 e D.O.E. 14 de dezembro de 2013, Processo nº 015.147/2013 e Protocolo nº 234.316/13.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

| | Parcelas | | |
|-------------------|------------|----------------|-------|
| | Circulante | Não circulante | Total |
| Saldo de parcelas | 12 | 26 | 38 |

O valor pago pela Companhia no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$ 2.924 (R\$ 1.850 de parcela fixa e R\$ 1.074 de parcela variável). O valor pago em 2013 foi de R\$ 3.426 (R\$ 1.728 de parcela fixa e R\$ 1.698 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2014, os valores das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

| Ano de vencimento | Valor presente R\$ |
|-------------------|--------------------|
| 2016 | 1.739 |
| 2017 | 1.739 |
| 2018 | 290 |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

18. Provisão para contingência

a. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

| | 31/12/2013 | Adições | Reversões | Utilizações | 31/12/2014 |
|--------------|--------------|------------|------------|-------------|--------------|
| Cíveis | 3.600 | 857 | 127 | 87 | 4.243 |
| Total | 3.600 | 857 | 127 | 87 | 4.243 |

| | 31/12/2012 | Adições | Reversões | Utilizações | 31/12/2013 |
|--------------|------------|--------------|------------|-------------|--------------|
| Cíveis | 257 | 3.468 | 103 | 22 | 3.600 |
| Total | 257 | 3.468 | 103 | 22 | 3.600 |

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados por seus advogados como de risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 10.152, em 31 de dezembro de 2014, referindo-se apenas a causas cíveis basicamente a danos morais e materiais relacionados a acidentes ocorridos nas rodovias sob concessão da Companhia.

A maior parte das reclamações judiciais estão suportados por seguros, cujo reembolso esta provisionado na Rubrica Reembolso de seguros no ativo não circulante totalizando R\$ 3.083 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 2.536 em 31 de dezembro de 2013.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 25.002 (R\$ 24.002 em 31 de dezembro de 2013), dividido em 16.668.834 ações preferenciais (16.002.134 ações em 31 de dezembro de 2013) e 8.333.166 ações ordinárias (7.999.866 ações em 31 de dezembro de 2013), todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (artigo 193), sendo calculada a razão de 5% do lucro líquido do exercício, anteriormente a qualquer destinação, limitada a até o montante de 20% do capital social.

A reserva legal do exercício de 2014 foi calculada em 31 de dezembro de 2014 e a do exercício de 2013 foi calculada em 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

| Descrição | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício (base de cálculo) | 17.768 | 15.678 |
| 5% do lucro líquido ajustado - Reserva legal | 888 | 784 |

c) Dividendos propostos

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 18 de agosto de 2014, os acionistas controladores optaram por destinar parte do valor existente na conta reservas de lucros, no montante de R\$ 3.695, para a distribuição de dividendos. Do saldo a pagar a título de dividendos, foram pagos o total de R\$ 5.945 durante o exercício de 2014.

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 28 de fevereiro de 2014 e 15 de dezembro de 2014, os acionistas controladores optaram por destinar parte do valor existente na conta reservas de lucros, no montante de R\$ 5.000 e R\$ 13.000, respectivamente, para a distribuição de dividendos, que serão pagos mediante disponibilidade de caixa.

Em conformidade com o Estatuto Social foi constituído o percentual de 50% (R\$ 8.884) do Lucro Líquido do exercício a título de dividendo mínimo.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos Acionistas controladores.

20. Receitas

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Pedágio em numerário | 27.945 | 26.710 |
| Pedágio por equipamentos eletrônicos | 42.022 | 37.200 |
| Pedágio em cupons | 817 | 949 |
| Receita de construção (a) | 25.623 | 12.043 |
| Receitas acessórias (b) | 1.539 | 1.469 |
| Deduções | (6.574) | (5.807) |
| | <u>91.372</u> | <u>72.564</u> |

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 R1 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido por meio de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

21. Gastos por natureza

| | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| | Custos dos serviços prestados | Despesas administrativas e gerais | Total | Custos dos serviços prestados | Despesas administrativas e gerais | Total |
| Pessoal | 8.325 | 3.681 | 12.006 | 7.458 | 3.590 | 11.048 |
| Custo de manutenção (b) | 817 | - | 817 | (199) | - | (199) |
| Custo de construção (a) | 25.623 | - | 25.623 | 12.043 | - | 12.043 |
| Serviços de terceiros | 4.830 | 1.358 | 6.188 | 4.750 | 1.284 | 6.034 |
| Materiais/ equipamentos/ veículos | 1.775 | 360 | 2.135 | 1.755 | 339 | 2.094 |
| Poder concedente (c) | 1.082 | - | 1.082 | 1.542 | - | 1.542 |
| Depreciação e amortização (d) | 10.118 | 351 | 10.469 | 8.675 | 380 | 9.055 |
| Provisão de contingência | - | 163 | 163 | - | 766 | 766 |
| Outros | 695 | 820 | 1.515 | 647 | 820 | 1.467 |
| | <u>53.265</u> | <u>6.733</u> | <u>59.998</u> | <u>36.671</u> | <u>7.179</u> | <u>43.850</u> |

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

22. Resultado financeiro

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 (Reapresentado) |
|--|----------------|-------------------------------|
| Receita financeira | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 1.967 | 812 |
| Descontos obtidos | 934 | 876 |
| Juros ativos | 3 | 3 |
| | <u>2.904</u> | <u>1.691</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (2.270) | (2.355) |
| Despesas bancárias | (21) | (35) |
| Ajuste a valor presente | (4.018) | (3.453) |
| Outras | (1.204) | (1.006) |
| | <u>(7.513)</u> | <u>(6.849)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(4.609)</u> | <u>(5.158)</u> |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

| <u>Descrição</u> | <u>Tipo de seguro</u> | <u>31/12/2014</u> |
|------------------------|--|-------------------|
| Riscos operacionais | Riscos operacionais | 11.902 |
| Riscos de engenharia | Riscos de engenharia | 26.365 |
| Responsabilidade civil | Responsabilidade civil | 9.919 |
| Seguro garantia | Seguro garantia de funções de ampliação | 2.164 |
| Seguro garantia | Seguro garantia de funções operacionais, conservação | 28.214 |
| Seguro garantia | Seguro garantia de pagamento valor fixo | 1.068 |
| | | <u>79.632</u> |

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

24. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2014 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

25. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue:

- **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

| Ativos | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|
| | Empréstimos/recebíveis | Empréstimos/recebíveis |
| Caixa e equivalentes de caixa | 607 | 886 |
| Aplicações financeiras | 20.114 | 9.821 |
| Contas a receber de clientes | 3.306 | 2.985 |
| Outras contas a receber | 86 | 17 |

| Passivos | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--|--|
| | Passivos financeiros ao custo amortizado | Passivos financeiros ao custo amortizado |
| Fornecedores | 1.339 | 1.310 |
| Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil | 28.957 | 21.880 |
| Credores pela concessão | 5.729 | 6.993 |
| Partes relacionadas | 5.496 | 2.471 |

Riscos de taxa de juros

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras:

| Indicadores | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III(+50%) | Cenário IV (-25%) |
|-----------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| CDI | 11,57% | 14,46% | 17,36% | 9,83% |
| Juros a incorrer (*) | (363) | (429) | (494) | (295) |
| Receita de aplicações financeiras | 2.994 | 3.548 | 4.259 | 2.127 |
| Juros a Incorrer líquido | <u>2.631</u> | <u>3.119</u> | <u>3.765</u> | <u>1.832</u> |

Fonte dos índices: CETIP.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares Reais)

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber, registrados na Rubrica “Contas a receber”:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--------------|--------------|
| CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A | 3.021 | 2.709 |
| DBTRANS S/A | 54 | 76 |
| CBMP S/A | 112 | 117 |
| Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S/A | 24 | 11 |
| Outras contas a receber | 95 | 72 |
| | 3.306 | 2.985 |

d) Risco de liquidez

A Companhia possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

| Modalidade | Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a. | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | A partir de 2019 | Total |
|----------------------------|--|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|---------------|
| BNDES I | TJLP+4,5% | 1.720 | - | - | - | - | 1.720 |
| BNDES II | TJLP+2,12% | 2.669 | 2.669 | 2.669 | 1.112 | - | 9.146 |
| BNDES III | TJLP+2,27% | 1.118 | 2.143 | 2.143 | 2.143 | 7.500 | 15.047 |
| Giro | CDI+3,21% | 2.506 | - | - | - | - | 2.506 |
| FINAME | 4,54% | 170 | 48 | 45 | 15 | - | 277 |
| Leasing | 15,36% | 140 | 115 | 6 | - | - | 261 |
| Credores pela concessão | IGP-M | 1.927 | 1.927 | 1.927 | 321 | - | 6.102 |
| Total | | 10.278 | 6.901 | 6.789 | 3.591 | 7.500 | 35.059 |

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares Reais)

26. Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas

A Companhia identificou alguns ajustes e reclassificações a serem realizados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 anteriormente apresentadas, conforme descrito a seguir. Esses ajustes tiveram efeitos nas contas patrimoniais e de resultado.

a) Provisão para construções

A Companhia recalculou a Rubrica “Provisão para construções” registrado no passivo não circulante considerando os efeitos do ajuste a valor presente. Dessa forma, o montante que foi apresentado de R\$ 4.555 em 31 de dezembro de 2013 foi corrigido para R\$ 3.795 com o efeito de R\$ 760 sendo registrado no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2013. Esse ajuste teve efeito no resultado reapresentado de 31 de dezembro de 2013, sendo registrado na Rubrica despesas financeiras no montante de R\$ 234. Os efeitos tributários desse ajuste foram registrados na Rubrica de imposto de renda e contribuição social diferido no ativo e no resultado do período.

b) Intangível

A Companhia identificou algumas divergências nos saldos anteriormente apresentados em 01 de janeiro de 2013 ou 31 de dezembro de 2012 para o custo e amortização acumulada do intangível. Em virtude disso, está reapresentado esses valores, inclusive a movimentação do período até 31 de dezembro de 2013.

c) Imposto de renda diferido sobre provisão para contingências

A Companhia identificou a falta do reconhecimento dos efeitos tributários da provisão para contingências nos saldos anteriormente apresentados até 31 de dezembro de 2013. Em virtude disso, está reapresentando esses valores, com o reconhecimento nas Rubricas de imposto de renda e contribuição social diferido no ativo (R\$ 362), no patrimônio líquido (R\$ 88) e no resultado do período (R\$ 274).